

OS VALORES DA INTRANSIGÊNCIA: PREMISSAS NORMATIVAS E CONTROVÉRSIAS ECONÔMICAS NO BRASIL*

The values of intransigence: normative assumptions and economic controversies in Brazil

Rodrigo Cantu¹

Resumo:

Uma característica marcante da comunidade de economistas no Brasil é a divisão entre ortodoxos e heterodoxos, que manifesta dissensos substantivos em um cenário de múltiplos paradigmas disciplinares. Buscando contribuir com a sociologia dos economistas e da ciência econômica, este trabalho enfoca o debate sobre o desenvolvimento e explora as bases normativas de diferentes posições teóricas como um fator envolvido nas controvérsias entre economistas no Brasil. Como material para o exame das premissas normativas, recorreremos principalmente a livros e artigos voltados à difusão de concepções resumidas de distintas orientações teóricas sobre o desenvolvimento. A dimensão axiológica é explorada com ferramentas da análise metateórica em ciências sociais e com a noção de *cités* de Boltanski e Thévenot. Os resultados indicam que a posição ortodoxa envolve premissas de uma filosofia política mercantil, enquanto a heterodoxa se baseia em premissas industriais e cívicas. Na conclusão, indicamos algumas possibilidades de pesquisas futuras estimuladas por essa perspectiva.

Palavras-chave: Economistas; Controvérsia; Ortodoxia; Heterodoxia; Valores.

Abstract:

A striking feature of the economists' community in Brazil is the division between orthodoxy and heterodoxy, which manifests substantive disagreements in a scenario of multiple disciplinary paradigms. Seeking to contribute to the sociology of economists and economics, this article focuses on the debate about development and explores the normative bases of different theoretical positions as a factor involved in controversies among economists in Brazil. We draw on books written by economists that concisely disseminate conceptions of different theoretical orientations about development. The axiological dimension is explored with the tools of metatheoretical analysis in social sciences and Boltanski and Thévenot's notion of *cités*. The results indicate that the orthodox position involves assumptions from a market political philosophy, while its heterodox counterpart is based on industrial and civic premises. In conclusion, we indicate some possibilities for future research stimulated by this perspective.

Keywords: Economists; Controversy; Orthodoxy; Heterodoxy; Values.

¹ Professor do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. Graduado em Ciências Econômicas pela UFPR, mestre em Sociologia pelo IUPERJ e doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ. E-mail: rodrigo.cantu@ufpel.edu.br

I. Introdução

Uma característica marcante da comunidade de economistas no Brasil é a divisão entre ortodoxos e heterodoxos, que manifesta dissensos substantivos em um cenário de múltiplos paradigmas disciplinares (Cf. LISBOA e PESSOA, 2019). A sociologia e a história dos economistas no país já elucidaram importantes dimensões constitutivas dessas discordâncias, tais como sua relação com o contexto sócio-político, a imersão em redes de elites, a relação com a autoridade intelectual do exterior e a dinâmica de reprodução institucional das diferentes escolas (BINDERMAN, COZAC e REGO, 1997; LOUREIRO, 1997; BIELSCHOWSKY, 2000; CODATO et al., 2016; KLÜGER, 2017, 2018; RIBEIRO, 2018). Buscando contribuir com essa literatura, este trabalho enfoca um recorte dessa clivagem – o debate recente sobre o desenvolvimento no Brasil – e explora a ideia de que bases normativas de diferentes posições teóricas impulsionam as disputas entre economistas. Embora a centralidade do tema do desenvolvimento oscile no percurso do pensamento econômico brasileiro, ele permanece um objeto de atenção significativo, especialmente entre os economistas de maior projeção pública. Como superar o baixo crescimento econômico e a pobreza, alcançando uma sociedade mais justa? Como alcançar o nível de vida de países mais ricos? Tais questões perduram como fortes motivações, mesmo que implícitas, do debate econômico. Em termos sociológicos, a controvérsia sobre a temática é de especial interesse, pois manifesta a reflexividade dessa comunidade profissional e acadêmica em torno da condição periférica do país.

Como a importância da controvérsia sobre o desenvolvimento é vivenciada em seu terreno nativo, suas raízes já foram objeto da reflexão dos próprios economistas (Cf. AMADEO, 2003; ERBER, 2009). A principal contribuição distintiva das reflexões a seguir consiste em examinar as filosofias políticas implícitas no debate. Tal proposta tem consequências que extrapolam a mera análise das ideias econômicas. As formulações rivais sobre o desenvolvimento inspiraram um conjunto de políticas econômicas e reformas institucionais heterogêneas ao longo da história econômica

brasileira, com destaque para as ações de diferentes governos nos últimos trinta anos (SALLUM JR, 1999; ERBER, 2011). Se os compromissos morais de diferentes posições iluminam as causas de suas divergências, a dimensão axiológica das teorias se torna relevante não apenas para uma sociologia das ideias econômicas, mas também para a análise da própria institucionalidade da economia brasileira.

Em *O novo espírito do capitalismo*, Boltanski e Chiapello (2009) se questionam sobre as relações entre a moral e o capitalismo. Contestando a ausência de valores no processo de acumulação e do mercado, os autores examinam a relação entre a moral subjacente à economia, à crítica e às transformações do capitalismo. Nesse enquadramento, a ciência econômica aparece como uma das principais instâncias de justificativa do capitalismo, sugerindo sua relação com os fundamentos normativos do sistema econômico (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 43-45). Essa provocativa orientação contrasta com a convicção da maioria dos economistas, os quais se oporiam à insinuação de que sua ciência possui premissas morais, provavelmente mobilizando a distinção, apresentada no início dos manuais de introdução à disciplina, entre economia positiva e normativa². Essa postura instruída reflete o senso comum, para o qual grande parte da relevância pública da ciência econômica passa por suas credenciais técnicas e imparciais.

Apesar dessa crença dominante, as objeções ao divórcio entre economia positiva e normativa são antigas e contundentes. Em um dos primeiros casos de destaque de uma conversão à heterodoxia, o economista sueco Gunnar Myrdal registra o seguinte comentário em seu trabalho de ruptura de 1932:

[A] teoria da “livre-concorrência” não tem a pretensão de ser apenas uma explicação científica do curso que as relações econômicas tomariam sob certas hipóteses específicas. Simultaneamente, constitui uma espécie de prova de que essas condições hipotéticas resultariam num máximo de “renda total”, ou na maior possível “satisfação das necessidades” na sociedade em geral. Destarte, a “livre-concorrência”, em bases lógicas e reais, transforma-se em mais do que uma série de suposições abstratas, usadas como instrumento na análise teórica das relações causais de fatos. Converte-se em um desideratum político (MYRDAL, 1989 [1932], p. 28).

² Como, por exemplo, em Mankiw (2013, p. 29-30) e no clássico Samuelson e Nordhaus (2010, p. 6).

Reiterando esse ponto de vista sessenta anos depois, Albert Hirschman – na discussão sobre o argumento conservador da perversidade ante a expansão de direitos sociais – concorda que a ciência econômica “está intimamente ligada a um dogma central da disciplina: a ideia de um mercado que se autorregula. (...) [Q]ualquer política pública que tenha por meta mudar resultados do mercado (...) torna-se automaticamente uma interferência nociva em processos benéficos de equilíbrio (HIRSCHMAN, 2019 [1991], p. 37).

Ademais, o reconhecimento de compromissos axiológicos pontua o debate recente sobre a *dismal science*³, suscitando perspectivas frutíferas para uma sociologia da ciência econômica. Na filosofia, o juízo de que a ciência se confunde com valores já tem alguma ascendência (Cf. LACEY, 2005). Com relação à ciência econômica, um conjunto de trabalhos não apenas reconhece, como também busca examinar os fundamentos normativos da disciplina, seja em termos gerais ou em domínios específicos, tais como teorias de economia internacional ou manuais de introdução à economia (SAMUELS, 1988; NORTHROP, 2000; FERNANDEZ, 2006; AVSAR, 2011; LEPENIES, 2014). O filósofo Alexander Rosenberg (1999) é quem avança a posição mais radical: presa no que ele considera serem teorias de baixo poder preditivo, a ciência econômica deveria ser considerada uma disciplina fundamentalmente normativa, uma filosofia política. Tal entendimento reverbera e atualiza as observações de Hirschman (2002) e Rosanvallon (2002) sobre a economia política clássica. Nesses trabalhos, a dupla de autores franco-germânica sugere que, desde seus esforços pioneiros, a ciência econômica é embalada pelo diálogo com a filosofia contratualista, buscando uma alternativa ancorada nas relações mercantis à questão da ordem social e política.

³ Termo utilizado no debate intelectual e político para se referir pejorativamente à ciência econômica, que pode ser traduzido como a “ciência sombria”. Mobilizado atualmente pela crítica progressista para enfatizar a ausência de considerações humanísticas e de sensibilidade com a justiça social, a origem do termo é conservadora, normalmente atribuída a Thomas Carlyle no contexto do debate britânico sobre escravidão. A referência pejorativa de Carlyle foi cunhada como crítica à economia política liberal, que defendia o fim da escravidão, e em defesa do retorno do uso de mão de obra cativa nas colônias britânicas do Caribe (Cf. LEVY, 2001).

Entender a ciência econômica como filosofia política não implicaria em reduzi-la à ideologia, mas em admitir que premissas normativas são um componente indispensável da construção da teoria nas ciências humanas. Com base nessa concepção, este artigo tem como objetivo explorar as premissas normativas que subjazem a posições conflitantes no debate dos economistas brasileiros sobre o desenvolvimento, bem como indicar algumas possibilidades de pesquisas estimuladas por essa perspectiva. Nesse sentido, conjecturamos que não há apenas *uma* filosofia política subjacente à ciência econômica, mas várias. Se essa suposição estiver correta, será possível indicar um dos motores das divergências nas perspectivas sobre o desenvolvimento. A fim de discutir a pluralidade de matrizes normativas nas teorias econômicas, recorreremos ao modelo das economias da grandeza da Boltanski e Thévenot (1991), que propõe seis ordens morais regidas pela busca do bem comum⁴.

Uma variedade de materiais estimulou as reflexões deste trabalho. Como fontes principais, foram consultadas publicações de economistas em artigos, livros e redes sociais, tanto especializadas quanto voltadas a um público amplo. A coleta se orientou pela busca de publicações que expressassem diferentes posições no debate recente sobre o desenvolvimento. Orientou-se ainda pela busca de publicações polemizadoras – aquelas que interpelam posições contrárias – a fim de examinar os termos das discordâncias. A seleção e leitura desse material foi assistida pela minha experiência prévia, tanto profissional quanto de pesquisa. Realizei os estudos de graduação em ciências econômicas e, para a pesquisa de minha dissertação de mestrado em sociologia, coletei informações de todos os artigos de quatro das principais revistas acadêmicas de economia do país em todas as suas edições entre 2004 e 2008 (CANTU, 2009). Nessa pesquisa anterior, foi possível entrever um panorama geral da produção acadêmica de diferentes correntes. Além disso, com uma trajetória formativa mista entre economia e sociologia, trabalhei por seis anos como docente em um departamento de economia. Essa experiência foi um ensejo para-etnográfico (Cf. HOLMES e MARCUS, 2008) entre economistas, no qual

⁴ Os termos gerais desse modelo são discutidos na seção 4.

pude observar como as questões aqui tratadas se expressam no cotidiano do trabalho acadêmico na disciplina.

As ideias econômicas existem publicamente em espaços de difusão e discussão variados. Para o exame das premissas normativas das perspectivas ortodoxas e heterodoxas, enfocaremos especificamente um conjunto de obras voltado a um público não necessariamente especialista. No Quadro 1, estão listados os principais livros e artigos consultados. Em comum, eles investem na difusão resumida das concepções sobre o desenvolvimento nos distintos grupos de economistas. Essa seleção apresenta a virtude de concentrar reflexões oriundas de avanços teóricos e achados empíricos, combinadas à discussão e a propostas referentes ao contexto econômico e político brasileiro. A separação desses porta-vozes em ortodoxos ou heterodoxos segue os critérios diferenciais apontados pela literatura – discutidas na seção seguinte –, os quais distinguem os dois campos da contenda, quanto aos fundamentos de suas práticas científicas e filiações institucionais. A seleção expressa ainda uma esfera de debate dominante⁵, a julgar pelos recursos profissionais e simbólicos acumulados pelos autores das publicações. Vários dos autores tem proeminência fora de seus meios profissionais, com passagens por cargos no Ministério da Fazenda (Lisboa, Almeida, Mendes, Bresser, Barbosa), publicando colunas em jornais de grande circulação⁶.

⁵ Reforçando a vastidão do debate sobre o desenvolvimento, seria possível incluir, em posições subordinadas, perspectivas “radicais” (que colocam em xeque a própria desejabilidade do desenvolvimento em seus moldes dominantes), tais como a abordagem marxista, o decrescimentalismo ou o libertarianismo e anarcocapitalismo.

⁶ Para ilustrar os diferentes percursos e vínculos institucionais, segue um curtíssimo resumo da trajetória de alguns dos autores das fontes selecionadas. Com graduação e mestrado na UFRJ, Marcos Lisboa tem doutorado em economia pela Universidade da Pensilvânia (1996), atuou como secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2003 a 2005) e é diretor-presidente do Insper, uma instituição privada de ensino superior em São Paulo. Mansueto Almeida Jr é economista-chefe do banco BTG Pactual. Tem graduação pela UFC, mestrado pela USP e cursou doutorado em políticas públicas no Massachusetts Institute of Technology (2002). Quadro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ele foi Secretário de Acompanhamento Econômico e do Tesouro Nacional nos governos Temer e Bolsonaro. Marcos Mendes tem graduação e mestrado em economia pela Universidade de Brasília e doutorado pela USP. Foi Chefe da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda (2016 a 2018) e é professor do Insper. Luiz Carlos Bresser Pereira tem graduação em direito (1957) e doutorado em economia (1972), ambos pela USP. Foi Ministro da Fazenda (1987) e Ministro da Administração e Reforma do Estado (1995 a 1998). É professor da FGV-SP. Nelson Barbosa tem graduação pela UFRJ (1991) e doutorado em economia pela New School for Social Research (2001). É professor da FGV-SP e UnB e foi Ministro do Planejamento (2015) e da Fazenda (2015 a 2016).

QUADRO 1 – FONTES USADAS NA ANÁLISE

Fontes da ortodoxia	Fontes da heterodoxia
<ul style="list-style-type: none">• LISBOA, Marcos; LATIF, Zeina. Democracy and growth in Brazil. Inspere Working Paper 311. 2013.• GIAMBIAGI et al. (orgs.). Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.• GIAMBIAGI, F.; ALMEIDA JR, M. (orgs.). Retomada do crescimento: diagnóstico e propostas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.• ALSTON, Lee J. et al. Changing social contracts: beliefs and dissipative inclusion in Brazil. Journal of Comparative Economics, v. 41, n. 1, p. 48-65, 2013.• MENDES, Marcos. Inequality, democracy, and growth in Brazil: a country at the crossroads of economic development. London: Academic Press, 2015.• LISBOA, Marcos; PESSOA, Samuel. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, n. 19, p. 181-189, 2016.	<ul style="list-style-type: none">• BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Globalization and competition: why some emergent countries succeed while others fall behind. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.• BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. Developmental Macroeconomics: new developmentalism as a growth strategy. London: Routledge, 2014.• OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, n. 19, p. 167-179, 2016.• GALA, Paulo. Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.• GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. Brasil, uma economia que não aprende: novas perspectivas para entender nosso fracasso. São Paulo: Ed. do Autor, 2020.• RONCAGLIA, André; BARBOSA, Nelson (orgs.). Bidenomics nos trópicos. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2021.

Fonte: o autor.

Além desta introdução, o texto se desdobra em seis seções. Na seção seguinte, revisamos sucintamente a literatura da sociologia dos economistas e da ciência econômica, situando a abordagem aqui proposta. Na seção 3, descrevemos alguns dos principais termos da divisão entre ortodoxia e heterodoxia no campo dos economistas brasileiros. Os termos da pesquisa metateórica, que sustentam a pertinência da busca pelas premissas normativas, são explorados na quarta seção. Em seguida, examinam-se as premissas normativas das posições ortodoxas e heterodoxas no debate brasileiro recente sobre o desenvolvimento. Por fim, a última seção discute algumas questões para pesquisas futuras, baseadas no enquadramento construído neste artigo.

2. Revisão de literatura

Um dos primeiros convites a uma sociologia dos economistas pode ser encontrado no capítulo 4 do imponente trabalho de Joseph Schumpeter (1964), onde o polímata austríaco circunscreve a ideia de “análise econômica” com uma discussão intitulada *sociology of economics*. Desde

então, o corpo de pesquisas dedicada à reflexão sociológica sobre os economistas e sua ciência se expandiu e começou a se consolidar com uma série de publicações a partir da década de 1990. Algumas revisões dessa literatura já oferecem um panorama de seus êxitos. Reverberando o impacto dos estudos sociais da ciência na história do pensamento econômico, Coats (2003) percorre a relação entre esses dois campos de estudo de Merton até Collins, Pickering, Latour e Knorr-Centina. Fourcade (2003) e Klüger (2011) realizam outro tipo de apanhado, menos centrado no curso do pensamento econômico que nos atores, instituições e sua relação com o poder. Juntas, essas duas variantes de revisão sugerem a diversidade de perspectivas que podem ser articuladas aos estudos sociológicos dos economistas.

A sociologia dos economistas, *stricto sensu*, explora os interesses de grupos, as redes profissionais, as disposições incorporadas, os cenários institucionais, as instâncias de recrutamento e consagração, os percursos individuais e coletivos – histórica e comparativamente. Como essas preocupações se relacionam com outros interesses das ciências sociais, elas normalmente se projetam na direção de, pelo menos, dois temas: as dinâmicas da estrutura social e do poder, além das ideias e teorias econômicas. Assim, a sociologia dos economistas se mistura com o empreendimento de uma sociologia mais abrangente da ciência econômica e pode ser entendida como uma constelação de estudos que, de acordo com suas ênfases, se dispersam em um espaço triangular, como sugerido na Figura 1. Ao tentar posicionar esses estudos, deve-se reconhecer que a maior parte envolve efetivamente essas três grandes temáticas. O esforço para minimizar injustiças nessa classificação – que seguramente persistirão – pode encontrar um expediente não nos vértices do triângulo, mas em seus segmentos. Desse modo, pode-se indicar três grandes grupos de trabalhos, de acordo com suas temáticas preferenciais: 1) emergência do keynesianismo, desenvolvimentismo e neoliberalismo; 2) profissionalização, redes, instituições e disputas envolvendo economistas; 3) transformações teóricas e escolas de pensamento econômico.

No cruzamento entre, por um lado, as dinâmicas da estrutura social e do poder e, por outro, as ideias e teorias econômicas, encontram-se uma

série de estudos sobre a emergência do keynesianismo, desenvolvimentismo e neoliberalismo. Dobbin (1993) e Hall (1989) contribuem com investigações relevantes sobre a ascensão do keynesianismo e seu impacto político, enquanto uma virada na gestão econômica governamental, principalmente em termos de administração da demanda agregada e de política industrial após a Grande Depressão da década de 1930 nos países do centro do capitalismo. Além dessa conjuntura crítica e sua virada ideológica, o livro de Mark Blyth (2002) examina também o contexto ulterior de metamorfoses, a partir da década de 1970. Inspirado por uma noção polanyiana de segunda Grande Transformação, Blyth insere as ideias econômicas no centro de mudanças institucionais que desembocam no neoliberalismo. Fora do Norte Global, Bockman e Eyal (2002) trazem uma importante contribuição para entender o longo percurso das ideias econômicas pró-mercado nos países do Leste Europeu, que irromperam durante a transição na década de 1990. Com uma grande abrangência temática e histórica, o trabalho de Mitchell (2002) mostra como as ideias econômicas moldaram diversos aspectos da vida no Egito ao longo do século XX, em especial o papel de especialistas econômicos na construção de políticas orientadas por organismos internacionais como o FMI a partir da década de 1970. Finalmente, pode-se inserir igualmente nesse grupo o trabalho de Bielschowsky (2000) sobre as diferentes vertentes de pensamento econômico no Brasil entre 1930 e 1964, tecendo as relações entre ideias econômicas e implementação de políticas.

FIGURA 1 – ESPAÇO DA LITERATURA DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA ECONÔMICA



Fonte: o autor.

Concentrando-se tanto nas dinâmicas da estrutura social e do poder, quanto nas dinâmicas da comunidade profissional, um segundo conjunto de estudos explora a consolidação da profissão e da área acadêmica da economia, em sua relação com contextos nacionais e transformações sociais. Os trabalhos de Coats (1993) e Fourcade (2009) são importantes referências nos estudos de profissionalização dos economistas no Norte Global. A maneira como distintas sociedades (EUA, Reino Unido e França) determinaram diferentes trajetórias e resultados desse processo é um dos destaques na valorosa pesquisa de Marion Fourcade. Para o caso da França em particular, Lebaron (2000) reconstrói os variados perfis de economistas, as disputas pela própria definição da profissão e suas relações com o poder político e econômico.

Outros estudos trazem aportes especialmente relevantes para os destinos das periferias do capitalismo. Loureiro (1996), Babb (2002), Dezalay e Garth (2002) e Montecinos e Markoff (2009) contribuem com perspectivas sobre a “geopolítica” da ciência econômica e suas consequências para a América Latina. A partir da década de 1970, o poder da ciência econômica estadunidense constitui um vetor não apenas de homogeneização da disciplina ao redor do mundo, mas também um instrumento de disseminação de ideias e políticas de interesse deste país no Sul Global (Cf. FOURCADE, 2006). A “circulação internacional” – constituída por estadias de formação e estudos, consultorias e redes de pesquisa – é um fenômeno bastante assimétrico e representa um dos principais veículos para o exercício da influência ideológica e política e para a emergência do neoliberalismo na América Latina. Evidentemente, o Chile é um caso emblemático, examinado em Silva (1991), Valdés (1995), Fourcade e Babb (2002) e Montecinos (2009). Nesse sentido, a “chegada dos economistas ao poder” – enquanto quadros não apenas técnicos de assessoria, mas de chefias ministeriais ou mesmo cargos políticos mais elevados – é igualmente um tema central nesse grupo de trabalhos (Cf. MARKOFF e MONTECINOS, 1993). Os livros de Loureiro (1997) e Heredia (2015) detalham, por exemplo, como o contexto de alta inflação da década de 1980 foi um terreno fértil para o aumento da proeminência dos economistas no governo no Brasil e na

Argentina. Finalmente, a tese de Elisa Klüger (2017) constitui o maior esforço já realizado para reconstituir a formação do campo dos economistas no Brasil, com base nos diversos atributos sociais de seus agentes e no entrelaçamento de suas trajetórias, apresentando informações cruciais e originais sobre as origens sociais, as redes de sociabilidade e a circulação internacional envolvidas na dinâmica desse espaço social.

Finalmente, no segmento que liga as dinâmicas da comunidade profissional às ideias e teorias econômicas, constam as lições sobre a ascensão e queda de escolas de pensamento e as disputas envolvidas. Mirowski (1989) escreve um dos mais influentes trabalhos sobre o surgimento da teoria econômica neoclássica. Seu argumento é muito influente no debate sobre história do pensamento econômico, demonstrando que essa corrente – que se tornaria hegemônica posteriormente – se fundamenta em apropriações da física de meados do século XIX. A transposição da noção da conservação de energia, e da abordagem matemática associada, ao terreno econômico seria a responsável por numerosas aporias da teoria neoclássica, em razão de fortes incongruências entre os objetos das duas ciências. Apesar do abandono desse paradigma novecentista pela própria física já na virada para o século XX, a teoria neoclássica, de acordo com Mirowski, vicejou nas ciências econômicas sem revisar as imprecisões decorridas das importações da física. Com relação à trajetória que levou o neoclassicismo à alçada de teoria hegemônica, Morgan e Rutherford (1998) e Yonay (1998) são referências essenciais para entender o enraizamento institucional dessa abordagem nos Estados Unidos, demovendo perspectivas institucionalistas de sua influência.

A sociologia dos economistas e da ciência econômica é constituída por um corpo de trabalhos suficientemente numerosos, com contribuições relevantes não apenas para o entendimento desse grupo profissional e acadêmico, mas também para questões mais amplas das ciências sociais. Chama a atenção a pluralidade de orientações teóricas e subdisciplinas que inspiram esses estudos. A reflexão sociológica sobre os economistas, com seus interesses, clivagens e ambientes institucionais é complementada, por exemplo, pela literatura da filosofia e história da ciência, da história do

pensamento econômico e metodologia da economia (Cf. GANEM, FREITAS e MALTA, 2012; HAUSMAN, 2018). Fourcade (2003) destaca a influência de diferentes quadros teóricos: do estruturalismo genético de Bourdieu (Lebaron, Loureiro, Klüger), passando pela sociologia das profissões de Abbott (Babb), à teoria do ator-rede de Latour e Callon (Bockman e Eyal, Yonay). Substantivamente, uma das maiores contribuições da sociologia dos economistas consiste em mostrar como a constituição desse grupo profissional ao longo do século XX se confunde com a emergência do keynesianismo e do desenvolvimentismo no âmbito de um “capitalismo organizado”, assim como nas transformações que resultaram no capitalismo neoliberal após a década de 1980.

Que lições pode-se tirar dessa literatura para o estudo da controvérsia entre os economistas brasileiros? Em primeiro lugar, é inegável que macroestruturas de poder e dinâmicas em nível meso do campo acadêmico e profissional são fundamentais para entender as disputas. A discussão acima também sugere que as ideias e teorias importam e, desse modo, devem igualmente impactar nas disputas e controvérsias (Cf. PERISSINOTTO e STUMM, 2017). Em outras palavras, não seriam apenas condições sociológicas que explicariam as clivagens teóricas, mas o conteúdo mesmo das ideias constituiria uma dimensão irremissível desse fenômeno. Nesse sentido, um dos caminhos possíveis seria reduzir os termos teóricos dos conflitos aos fatores sociais. Essa solução – no espírito do *strong programme* da sociologia da ciência (Bloor) – apresenta algumas limitações, como discutiremos adiante. Neste artigo, o exame das controvérsias entre os economistas brasileiros parte do vértice de ideias e teorias, irradiando-se para o restante do espaço da Figura 1. Assim, busca-se partir de alguns aspectos da arquitetura teórica, articulando-os à configuração da comunidade profissional e à dinâmica do poder e das estruturas sociais.

3. Definições preliminares da divisão entre ortodoxia e heterodoxia no Brasil

Centrado na produção científica sobre o tema, o debate especializado em economia no Brasil é bastante plural, quando comparado com outros casos internacionais, principalmente com os Estados Unidos (DEQUECH,

2018). Uma das divisões mais salientes em nosso espaço doméstico é aquela entre ortodoxos e heterodoxos, para utilizar uma terminologia nativa dos economistas (Cf. LISBOA, 1997, 1998; LISBOA e PESSOA, 2019). Estudos sobre a clivagem destacam a dificuldade de definir nitidamente esses dois campos (DEQUECH, 2007, 2018; CODATO et al., 2016). Sendo termos nativos, uma tentativa de definição pode ser esboçada com a descrição que representantes de cada polo fazem de si e de seus desafiantes. Um debate recente publicado no caderno Ilustríssima do jornal Folha de São Paulo e recolhido em Lisboa e Pessoa (2019) oferece algumas noções proveitosas para essa tarefa.

Representantes da ortodoxia com algum destaque no debate sobre a divisão entre os economistas, Marcos Lisboa e Samuel Pessoa (2019) definem seu lado do tabuleiro da seguinte forma: “os ortodoxos utilizam modelos teóricos quantitativos para propor conjecturas precisas sobre aspectos econômicos muito específicos, que podem ser rejeitadas pelos testes estatísticos” (p. 22). Contrastando seu polo com a heterodoxia, eles escrevem: “Os economistas tradicionais preferem a evidência dos dados, como na academia internacional. Já com a heterodoxia, a história é outra. Parte-se da conclusão. A visão de mundo determina os principais aspectos de funcionamento das economias [...] o ponto de partida é a grande narrativa que procura ser consistente com alguns fatos estilizados” (p. 408).

A essas observações, respondem Oreiro e Gala (2019), representantes da heterodoxia: “Basta uma rápida análise dos principais periódicos heterodoxos indexados no Brasil e no exterior para se constatar que grande parte da pesquisa heterodoxa segue exatamente o mesmo protocolo defendido por Lisboa e Pessoa, ou seja, o protocolo do método científico” (p. 427). Os dois heterodoxos prosseguem afirmando que:

[...] no Brasil, a expressão ‘economista ortodoxo’ é usualmente entendida como ‘economista neoclássico’, ou seja, aquele que compartilha o programa de pesquisa neoclássico, definido a partir de um núcleo duro de proposições formado por princípios como a racionalidade econômica, entendida como a maximização da satisfação ou lucro, e o equilíbrio dos mercados como norma ou ‘ponto de referência’ para o funcionamento do sistema (p. 428).

Embora talvez não seja consensual entre os ortodoxos, sua autodescrição é definida pela prática da boa ciência e o retrato de seus

contendedores se baseia no equívoco metodológico. Do outro lado, a heterodoxia se enxerga como uma oposição plural ao caráter uniforme da economia neoclássica, como uma alternativa igualmente científica.

Outra maneira de entender a ortodoxia está em sua forte relação com a forma de ciência econômica hegemônica nos EUA (onde também se utiliza o termo *mainstream*) dada sua importância político-científica e o elevado grau de homogeneidade da doutrina econômica no ensino e pesquisa desse país. Em outras palavras: trata-se da adesão ao polo hegemônico do país hegemônico.

Aprofundando o raciocínio sobre os contornos da divisão, os dois polos expressam também diferentes sensibilidades à filosofia de sua prática científica. A referência de Lisboa e Pessoa a “conjecturas precisas sobre aspectos econômicos muito específicos”, sugere a preferência por formulações de médio alcance, suspendendo a reflexão sobre as premissas implícitas. Tal suspensão corresponde ainda a uma prática de pesquisa de inclinação popperiana (Cf. LISBOA, 1998). A heterodoxia, por sua vez, recorre com frequência aos programas de pesquisa de Lakatos⁷ para argumentar que não apenas a ciência econômica é multiparadigmática, como também para apontar que o próprio programa ortodoxo conta com um núcleo não falseável (OREIRO e GALA, 2019, p. 428-431). Assim, há uma oposição em dois níveis, das práticas de pesquisa às ponderações sobre a filosofia que as orienta.

Em termos institucionais, a trajetória dos centros de pós-graduação em Ciências Econômicas, criados a partir da década de 1960, define um cenário de diferentes orientações teóricas (Cf. BINDERMAN, COZAC e REGO, 1997). Por um lado, UFRJ, UNICAMP e talvez a FGV de São Paulo se consolidam como centros heterodoxos; do outro lado do tabuleiro a ortodoxia

⁷ Karl Popper e Imre Lakatos, junto com Thomas Kuhn, são figuras centrais da filosofia da ciência moderna. Popper propunha o falsificacionismo como procedimento para o avanço científico: a formulação de conjecturas circunscritas a fim de serem testadas empiricamente. Kuhn argumentava que essa formulação não dá conta do que efetivamente acontece na história da ciência. Como alternativa, ele propôs a noção de paradigmas, adotados por comunidades científicas, para investigar determinadas questões. Esses paradigmas não são abandonados com falsificações pontuais, mas apenas depois do acúmulo de anomalias não explicadas e da emergência de um paradigma alternativo. A noção de programas de pesquisa de Imre Lakatos buscou suplantiar os problemas do falsificacionismo e o relativismo dos paradigmas de Kuhn. Nessa abordagem, a forma do teste empírico e a formulação de hipóteses testáveis dependem de premissas não empíricas do núcleo do programa. Para uma introdução a esses autores e à filosofia da ciência, ver Chalmers (1993).

se sedimenta na FGV do Rio de Janeiro. Outras escolas de destaque como USP e PUC do Rio de Janeiro assumem uma posição intermediária, com quadros docentes plurais (LOUREIRO, 1997). No final da década de 1980, a PUC-Rio se desloca para o polo ortodoxo (PRESSER, 2001). Mais recentemente, novos núcleos ortodoxos surgem, com destaque para o Insper, em São Paulo.

Como último comentário, cabe ainda algumas ressalvas a esse delineamento das clivagens entre economistas. Tal caracterização em dois grupos, ortodoxos e heterodoxos, seguramente é pertinente no debate sobre o desenvolvimento e em algumas áreas, como macroeconomia e economia monetária. Entretanto, sua relevância pode ser menos evidente em outras áreas da ciência econômica. Ademais, essa divisão pode ser complexificada, quando se examina o interior de cada grupo, onde o investigador encontrará também divergências e disputas.

4. Teoria econômica como teoria social

Há pelo menos duas razões para entender a controvérsia entre economistas a partir das ideias econômicas, sem reduzi-las completamente a interesses e disputas de poder. Seguindo Alexander (1982, p. 44-46), não é possível resumir um quadro teórico em seus aspectos ideológicos. Embora eles existam e sejam relevantes, há outros elementos não empíricos que respondem por variações nas concepções teóricas. Ademais, a perspectiva de Chateauraynaud (2011) sobre o curso de controvérsias sugere que os argumentos, ao incorporarem novos eventos ou princípios, criam divisões entre grupos sociais, ao invés de serem criados por elas. Assim, as ideias não são meras variáveis explicadas pelas dinâmicas estratégicas e institucionais, mas representam uma dimensão constitutiva das disputas.

As literaturas da história do pensamento econômico e da metodologia da ciência econômica são fontes incontornáveis para a presente reflexão. Os trabalhos de Thomas Kuhn e Imre Lakatos foram muito influentes nesses campos, como atestam Latsis (1976), Weintraub (1985) e Blaug (1975, 1993). Esse diálogo fomentou o entendimento de que a dinâmica da ciência econômica pode ser examinada por meio da anatomia das teorias, com base

nas ferramentas conceituais de paradigmas ou de programas de pesquisa. Em termos genéricos, a dimensão metateórica – os elementos do paradigma ou do núcleo do programa de pesquisa – do *mainstream* foi comumente especificada pela ação racional maximizadora e pela noção de um equilíbrio geral sistêmico. Entretanto, as variações significativas de interpretação sobre as premissas teóricas se tornaram um dos principais objetos de crítica (Cf. VENTURA e CASONATO, 2021). A proposta lakatosiana de um núcleo de premissas não falseáveis constituía uma proposta estimulante, embora deixasse em aberto a definição de classes ou tipos específicos de premissas. De toda forma, esse debate deixa uma lição relevante para o estudo de controvérsias, ao sugerir uma hipótese para sua origem e seu motor: a aderência a premissas teóricas distintas entre os grupos e escolas.

Reconhecemos a relevância da investigação sobre as premissas da teoria, buscando sua especificação por meio dos estudos sobre metateoria nas ciências sociais (Alexander, 1982; Ritzer, 2001; Vandenberghe, 2012, 2017; Joas e Knobl, 2017, Caillé e Vandenberghe, 2021). Originada em reflexões sobre a sociologia principalmente, esses estudos estabelecem pontes entre ciências sociais e filosofia, com o objetivo de analisar a estrutura e as premissas das primeiras. Enquanto o objeto de Kuhn e Lakatos eram as ciências naturais, os estudos sobre metateoria foram criados para examinar as ciências sociais, oferecendo novas perspectivas na análise das ciências econômicas.

Começando com a distinção de Giddens (1984) e Joas e Knöbl (2017) entre teoria social e teoria sociológica – esta última envolvendo interlocução empírica a partir das diretrizes da primeira –, propomos considerar a teoria econômica como uma parente próxima da teoria sociológica sob as balizas da teoria social⁸. A teoria social seria um campo de reflexão que define distintos modelos sobre ação, ordem e mudança social. Tais parâmetros fundantes das questões da investigação sociológica podem também ser aplicados à compreensão da teoria econômica, enquanto um conjunto de proposições orientadas à pesquisa empírica. Assim, a ação racional

⁸ Com cinquenta publicações, a série de livros da editora Routledge, intitulada *Economics as social theory*, dá anuência adicional a essa proposta.

maximizadora e a noção de um equilíbrio geral sistêmico, por exemplo, podem ser consideradas respostas específicas à questão da ação e da ordem. Apesar da crescente adesão à perspectiva da ação racional, as demais ciências sociais se distinguem por formular respostas distintas a esses parâmetros.

Assentida a possibilidade de reconstruir a teoria econômica de acordo com as balizas da teoria social, pode-se então igualmente aplicar as ferramentas da análise metateórica. A metateoria é uma camada subjacente à teoria social, composta pelas premissas geradoras das soluções para as questões da ação, ordem e mudança. Trata-se dos fundamentos filosóficos que viabilizam o pensamento sistemático sobre a sociedade. Tal noção guarda muita similaridade com outros termos, tal como a “visão” – ou cognição pré-analítica – de Schumpeter (1964), paradigma ou núcleo, nas formulações de Kuhn e Lakatos. Acreditamos que a reflexão metateórica nas ciências sociais avança com relação a essas perspectivas, pois ela aponta que tipos de premissas comporiam o “núcleo” de um programa teórico.

Vandenberghe (2012; 2017, p. 146-150) e Caillé e Vandenberghe, (2021, p. 34-44) são referências inspiradoras nessa tarefa. Esses trabalhos sugerem que a investigação metateórica deve ponderar sobre as premissas ontológicas, epistemológicas, normativas e antropológicas da teoria. Eles sugerem igualmente algumas valências que podem ser assumidas por cada premissa: as premissas ontológicas podem comprometer-se com uma conformação última material ou ideal da realidade social, podem ainda assumir uma perspectiva naturalista ou compreensiva (interpretativa) quanto a seu caráter epistemológico. As premissas normativas dizem respeito a um ordenamento social virtuoso e ideal com o qual a teoria se compromete e as premissas antropológicas podem ser entendidas como uma antropologia filosófica, ou seja, a noção de natureza humana empregada pela teoria. Como exemplos desta última, podemos apontar a noção de um humano que se realiza expressivamente no trabalho em Marx (Cf. FROMM, 1962) ou que busca reconhecimento simbólico para sua forma de existência em Bourdieu (Cf. PETERS, 2012).

A vantagem desse enquadramento está em admitir que perspectivas morais são parte integrante das ciências sociais, incluindo as ciências econômicas. A distinção entre economia positiva e normativa perde sentido, uma vez que ambas as posições são interdependentes. Se a dimensão ideológica não é excluída da lógica teórica, como em versões fortes do postulado de neutralidade axiológica, ela tampouco é a determinante principal da teoria, como em uma perspectiva mannheimiana. Ela seria um dos elementos da construção teórica, na combinação de respostas aos diferentes parâmetros metateóricos. O composto final representaria a matriz de uma determinada teoria social, oferecendo posições gerais sobre as questões de ação, ordem e mudança.

Como examinar as premissas metateóricas? Visando avanços no campo da teoria em sociologia, Vandenberghe (2012, 2017) indica recorrentemente a contribuição da segunda e da terceira geração da Escola de Frankfurt, principalmente de Habermas, como ponto de partida que pode ser adaptado para esse tipo de esforço. Para estudar a teoria econômica, trilharemos um caminho distinto. Seguindo Avsar (2011), recorreremos a outra família de teorização sobre a normatividade e a moral para examinar o discurso econômico: o modelo das economias das grandezas de Boltanski e Thévenot (1991). Um dos componentes centrais desse modelo é o conjunto de ideais morais trabalhados na noção de *cités*. Como lembra Werneck (2020, p. 9-10), o termo *cit  *⁹ – e sua tradução direta, cidade – remete a um entendimento da filosofia antiga mediterrânica sobre o ordenamento sociopolítico virtuoso. Não por acaso, na versão em inglês, a tradutora Catherine Porter opta pelo termo *polity*, reforçando as implica  es dessa formula  o com a filosofia política e moral. Embora comumente relacionada a uma sociologia situacional das disputas, esse quadro teórico    construído por meio de uma densa reflexão no campo da filosofia política. É nessa parte de sua abordagem que nos baseamos para explorar as premissas normativas da teoria econômica.

⁹ Seguimos a proposta de Werneck (2020) e usamos o termo *cit  *, como no original em francês, uma vez que essa forma se consagrou no debate sobre sociologia pragmática no Brasil.

O modelo das economias da grandeza apresenta seis *cités*, que podem servir de base para a reflexão sobre as premissas normativas da ciência econômica. As *cités* constituem ideais normativos – plurais, mas não indefinidamente relativos – orientados para o bem comum. As *cités* inspirada, da opinião, doméstica, cívica, industrial e mercantil seriam, cada uma, norteadas por um princípio que permite avaliar elementos do mundo empírico. Enquanto matrizes de avaliação, elas sugerem imagens de mundos sociais ideais. Tais “utopias” servem de pano de fundo normativo para a crítica.

De especial interesse para o objetivo deste artigo são as *cités* cívica, industrial e mercantil, principais – mas não únicas – referências morais envolvidas na economia. A *cité* cívica se orienta pelo princípio de premência das coletividades e da vontade coletiva, estabelecendo como positivo a solidariedade, além do engajamento e da implicação em organizações coletivas. Papéis de representação e instituições políticas do estado consistem em figuras típicas, obedecendo idealmente ao julgamento da consulta, voto e da mobilização. A *cité* industrial tem como princípio a eficiência e o desempenho, buscados pela tecnicidade e o planejamento. Profissionais e especialistas em organizações e sistemas incarnam esse ideal, de acordo com suas realizações funcionais.

A *cité* mercantil representa uma utopia de mercado. Ela merece algumas observações adicionais, pois a praxe na sociologia é considerar o mercado como uma instância amoral e perversa. Representada em críticas ao capitalismo, como em Marx e Polanyi, essa perspectiva é encontrada também em debates sobre a ética da ciência econômica. Hausman, McPherson e Satz (1996) e Reiss (2013, p. 211-302), por exemplo, aludem a uma oposição entre um consequencialismo de mercado e uma deontologia. A avaliação moral parte apenas da segunda, a fim de refrear desenvolvimentos antiéticos inspirados pelo primeiro. Do ponto de vista do modelo das economias da grandeza, esse tipo de oposição pode ser entendido como uma crítica alicerçada em diferentes *cités* a esferas da realidade moldadas pelo ideal mercantil. Assim, a formulação de Boltanski e Thévenot (1991) permite entender a esfera de valor mercantil para além de uma concepção negativa.

Essa ramificação filosófica da sociologia política desses autores franceses enseja uma possibilidade heurística profícua para uma sociologia das controvérsias entre economistas, ao pensar uma ideologia do mercado voltada ao bem comum. A *cité* mercantil contempla positivamente as transações monetizadas e, principalmente, as relações concorrenciais. Correspondendo vagamente a sua noção simmeliana, a concorrência manifesta-se como um processo de socialização potencialmente virtuoso que, ao fomentar um senso das intenções de concorrentes, age como motor evolucionário do social (SIMMEL, 1903; Cf. ROSA, 2006). Ela não figura como relação anômica ou antissocial, mas como um método de harmonização sistêmica que dispensa implicação em coletivos ou formas de coordenação centralizadas e hierarquizadas. Inspirados na *Teoria dos sentimentos morais* de Adam Smith, Boltanski e Thévenot sugerem que a ação maximizadora autointeressada, nesse quadro moral, está associada a uma profunda ligação intersubjetiva: é porque os atores (econômicos) se conectam densamente com a subjetividade alheia que eles podem reconhecer seus desejos ou mesmo antecipá-los, a fim de lançar produtos e soluções correspondentes no mercado¹⁰. O sucesso no mercado e os retornos monetários correspondentes definem o estado de grandeza nessa perspectiva valorativa, alcançado por aqueles que lograram aperfeiçoar o mundo ao desenvolver e comercializar soluções para os desejos alheios. Assim, o mercado seria uma forma de ordenamento social voltado à geração do bem comum.

5. A controvérsia econômica sob a perspectiva de seus fundamentos normativos

A riqueza das controvérsias econômicas exige a circunscrição de temáticas para viabilizar sua análise. Enfocam-se neste artigo alguns termos do debate sobre desenvolvimento econômico. Seu principal desafio consiste na busca pelas causas da diferença entre níveis de renda *per capita* ou, mais genericamente, entre padrões de vida ao redor do globo. Historicamente, é relevante não somente o ponto de chegada – ou as diferenças entre países

¹⁰ Para uma perspectiva convergente, formulada no campo da história do pensamento econômico, ver Cerqueira (2004).

hoje –, mas também as trajetórias de convergência e divergência ao longo dos últimos séculos. Nesta seção, defendemos que a perspectiva ortodoxa sobre essa temática se ancora principalmente no ideal mercantil, enquanto a heterodoxa se ampara em premissas normativas industriais e cívicas.

Antes, cabe um comentário voltado a reforçar os fundamentos da perspectiva aqui proposta. Parte dos atores envolvidos na controvérsia sobre o desenvolvimento negariam que as virtudes do mercado concorrencial, por exemplo, ou do planejamento e coordenação são premissas, provavelmente sustentando que suas posições são lastreadas em evidências empíricas na literatura. Nesse caminho, um desfecho comum é que ortodoxia e heterodoxia retratem o grupo oposto como limitado e antiquado, jactando-se de suas melhores evidências e técnicas mais sofisticadas. Entretanto, esperar que esse tipo de discussão tenha qualidades exclusivamente racionais e seja suficiente para dirimir controvérsias científicas faz pouco sentido à luz da filosofia da ciência pós-popperiana. A tese de que um grupo é bonito e outro é feio consiste, então, em uma resposta insatisfatória para a sociologia dos economistas e da ciência econômica.

Contra essa tentação – natural e esperada em razão dos interesses do campo –, a obstinação das diferentes correntes diante de evidências contrárias a suas ideias basilares deve ser observada de outra maneira. Não há dúvidas de que essas ideias encontram respaldo empírico, pois o desenvolvimento de um programa de pesquisa – por definição – consiste na elaboração de um cinturão protetor de suas suposições. O mais relevante para a presente reflexão é como certas questões representam caminhos interditados ao questionamento, uma heurística negativa, indiferente a anomalias e a fenômenos incongruentes. Nesse sentido, a análise metateórica das premissas normativas da teoria econômica oferece chave interpretativa para a persistência das divisões entre economistas, malgrado contra evidências.

De volta ao debate sobre o desenvolvimento, é útil dividir os esforços de pesquisa entre aqueles que examinam causas próximas daqueles que investigam causas últimas dos fenômenos do crescimento econômico e do desenvolvimento. Apesar de críticas pertinentes a essa divisão (Cf.

PRZEWORSKI, 2005), suas vantagens didáticas são relevantes para uma esquematização do debate. Assim, o foco de análise se restringirá à querela das causas últimas, no intuito de melhor delimitar e reduzir a complexidade de um debate copioso e difuso. Entre as causas próximas, poder-se-ia elencar contendas sobre políticas econômicas, que se concentram sobre aspectos fiscais, cambiais e monetários, por exemplo. No debate sobre as causas últimas, figurariam as determinações geográficas, institucionais, culturais, internacionais, tecnológicas e geopolíticas do desenvolvimento. Elas se relacionam a estruturas de longo-prazo associadas ao sucesso ou fracasso econômico dos países. Próximas ou últimas, essas determinações embasam diagnósticos que geram distintas propostas de ação política e econômica.

A investigação acerca das causas últimas é marcada por uma recente “virada institucionalista”, que – expressando-se tanto em versões ortodoxas quanto heterodoxas – lentamente se consolida na década de 1990 (EVANS, 2005; JAMESON, 2006; PORTES e NAVA, 2016). Em versões relacionadas à ortodoxia, as instituições prevalecem sobre fatores geográficos e internacionais envolvidos no desenvolvimento (Cf. RODRIK e SUBRAMANIAN, 2003) ou figuram ainda como instância que permite explorar as causas profundas da produtividade total dos fatores em modelos neoclássicos de crescimento (GONÇALVES, 2013, p. 48-56). Com origem nos trabalhos de Douglass North e colegas (NORTH, THOMAS, 1973; NORTH, 1981), as preocupações com a “qualidade institucional” se tornaram centrais para as elaborações ortodoxas sobre o desenvolvimento econômico.

Acemoglu e Robinson (2012) são uma das maiores inspirações para o debate brasileiro (e mundial) sobre o impacto das instituições no desenvolvimento. Suas observações são uma contribuição chave para o argumento ortodoxo. Na perspectiva desses autores, as divergências entre países são explicadas pelo jogo entre instituições econômicas e políticas em suas formas inclusivas e extrativistas. A institucionalidade inclusiva, receita para o sucesso, se define por uma conformação política pluralista – reforçada pela importância igualmente conferida a capacidades estatais – associada a uma economia de mercado tendendo à concorrência perfeita. No

terreno econômico, em particular, uma institucionalidade pró-concorrência, sem barreiras e proteções, levaria a uma alocação ótima dos recursos e fomentaria a inovação, resultando no bem comum¹¹. À leitura sociológica, é sensível a afinidade com a abordagem parsoniana da década de 1960, na qual as configurações dos sistemas político e econômico “modernos” assumiriam essas mesmas feições. Acemoglu e Robinson renovam essa sociologia do desenvolvimento do século passado ao adicionar noções contemporâneas da análise institucionalista (conjunturas críticas, *lock-in*, contingência, etc.) no exame da trajetória de diferentes casos nacionais.

Incorporada ao debate brasileiro, essa perspectiva tem subsidiado formulações sobre o baixo crescimento após a década de 1980 – com ênfase na recessão de 2014-2016 –, além de novas perspectivas sobre a história do país. O potencial abrangente, com ramificações em várias disciplinas (principalmente ciências econômicas, ciência política e história), reforça nosso ponto de que se trata de uma matriz específica de teoria social. Assim, o diagnóstico do presente é acompanhado por uma releitura do passado, que busca iluminar não apenas aspectos conjunturais, mas também dinâmicas institucionais de longo prazo subjacentes ao menor desenvolvimento brasileiro. O passado colonial escravista é um dos temas dessa análise estrutural, renovando a explicação baseada nos destinos das colonizações de povoamento versus exploração (Cf. MONASTERIO e EHRL, 2019).

Um diagnóstico de duas camadas pode ser identificado na literatura ortodoxa. Primeiro, aponta-se que uma raiz do problema se encontra em deturpações sérias no ordenamento econômico, em função de pressões corporativas que deformam a concorrência (LISBOA e LATIF, 2013; FERREIRA e VELOSO, 2013; LISBOA e SCHEINKMAN, 2017). Segundo, essas pressões são entendidas no quadro da abertura da arena política na década de 1980. Ecoando Huntington (1975), argumenta-se que a desigualdade extrema em um contexto democrático resulta em caudalosas demandas ao Estado, o qual se dilata e expande mecanismos de

¹¹ Sobre a filosofia política implícita nessa perspectiva, é muito ilustrativa a fala de Samuel Pessoa no evento “Desenvolvimento econômico - Por que ficamos para trás?” na Fundação FHC em 2018. Ele menciona *ipsis verbis* que o objetivo de uma formatação institucional concorrencial é geração do “bem comum”. Ver <https://youtu.be/ZNIC8WKXXEs>,

“redistribuição dissipativos”¹² (ALSTON et al., 2013; MENDES, 2015). Desfecho de uma trajetória mais longa de política extrativista, esse quadro político e econômico seria responsável pelo insucesso brasileiro nas últimas quatro décadas.

A fim de examinar as premissas normativas dessa posição, buscamos analisar a avaliação negativa que ela faz de certos aspectos da realidade brasileira. Afinal, trata-se de uma “teoria crítica”, no sentido em que ela expressa diferentes formas de reprovação (e definitivamente pouca celebração) dessa realidade. Seguindo Boltanski e Thévenot (1991), entendemos que a crítica expressa o pano de fundo normativo que sustenta o julgamento.

Nesse sentido, a posição ortodoxa se destaca pela base normativa mercantil de suas avaliações. Ainda buscando inspiração em Boltanski e Thévenot (1991), a leitura dos textos da ortodoxia lembram em vários pontos o quadro das críticas a partir da *cité* mercantil, no livro dos autores franceses: aparecem as reprovações ao envolvimento emocional (*cité* inspirada), às relações pessoalizadas e regionalizadas (doméstica), assim como da reprovação das negociações políticas entre atores coletivos (cívica) e do decisionismo centralizador da tecnocracia (industrial). O aspecto mais saliente é a apreciação desfavorável de agrupamentos colaborativos, que visem expressar a vontade coletiva de setores sociais com comunalidades existenciais (sindicatos, associações, movimentos). Em contraste com a ação maximizadora pulverizada em relações concorrenciais – relacionada por essa perspectiva ao *profit-seeking* e à inovação –, os seres coletivos são, por excelência, agentes do *rent-seeking* e da redução do bem-estar geral, mediante proteções e concessões especiais do estado:

São muitas as causas da baixa produtividade no Brasil, como as normas tributárias que protegem as empresas pequenas; as regras que privilegiam os produtores locais, ainda que menos eficientes; o crédito subsidiado; as restrições ao comércio exterior; e as deliberações do judiciário que beneficiam os acionistas em detrimento dos credores, prejudicando a concessão de crédito para as empresas saudáveis. O resultado é o menor crescimento da economia e da geração de emprego. (...) No caso do Brasil, a

¹² A noção de redistribuição dissipativa vem de Alston et al., (2013), referindo-se a concessões fragmentadas pelo Estado. Não haveria captura do Estado por poucos grupos sociais, mas distorções em razão da grande variedade de prerrogativas a muitos grupos.

concessão de benefícios concedidos pelo poder público, como crédito subsidiado, proteções contra a concorrência externa e benefícios tributários, colaboram com a sobrevivência de empresas pouco produtivas. (...) A disseminação dos mecanismos de proteção setorial, segundo os autores, decorre de um Estado excessivamente sensível aos grupos de interesse (LISBOA e SCHEINKMAN, 2017, p. 23).

A discussão sobre as bases normativas da corrente heterodoxa pode começar igualmente pelas referências nas quais ela busca inspiração. Os clássicos da teoria econômica do desenvolvimento são um ponto de partida (Cf. KATTEL, KREGEL e REINERT, 2016; CARDOSO, 2018). Entretanto, a partir da década de 1970, o debate sobre o desenvolvimento se bifurca: no ramo ortodoxo, uma segunda geração associada ao surgimento do Consenso de Washington é então seguida de uma terceira geração na década de 2000, centrada em questões institucionais, representada, por exemplo, por pesquisadores como Acemoglu e Robinson (DE HAAN, 2020). Se esse ramo se estabelece aprofundando críticas neoclássicas às teorias do desenvolvimento originárias, as críticas heterodoxas, por sua vez, demarcarão também outra linhagem de pensamento (PINKUSFELD e D'AVILA, 2009; PINKUSFELD e OLIVEIRA, 2021). As perspectivas heterodoxas no Brasil dão prosseguimento à tradição estruturalista latino-americana da CEPAL, inserindo-a em uma constelação internacional de teorias alternativas do desenvolvimento (Cf. CHANG, 2007; REINERT, GHOSH e KATTEL, 2016; NISSANKE e OCAMPO, 2019). Uma de suas principais manifestações no país pode ser encontrada no novo desenvolvimentismo (Cf. BRESSER PEREIRA, 2006; OREIRO e MARCONI, 2016).

Em contraste com a ortodoxia, a principal característica normativa da perspectiva heterodoxa consiste na rejeição do ideal mercantil como base para construção do bem comum. Do ponto de vista metateórico, é dessa maneira que as duas correntes se definem relacionalmente. O mercado não é categoricamente rejeitado, como em formulações marxistas mais estritas (Cf. BOYER, 1999, p. 2). O recurso ao mercado é válido – e necessário – desde que submetido a imperativos do desenvolvimento nacional. A perspectiva heterodoxa não manifesta incômodos particulares com a constatação de que, no capitalismo realmente existente, as estruturas de concorrência são

imperfeitas. Essas estruturas são as condições mesmas do desenvolvimento. É como se ortodoxia e heterodoxia se opusessem de acordo com sua opção por distintas camadas do econômico na definição de Braudel (1987, cap. 2): para os primeiros, a economia de mercado (concorrência perfeita doméstica); para os segundos, o capitalismo (concorrência imperfeita internacionalizada). Ao considerar essa segunda opção, a heterodoxia destaca também a dimensão global do fenômeno do desenvolvimento e subdesenvolvimento. O acolhimento da divisão centro-periferia indica ainda a rejeição da ótica ricardiana sobre as virtudes do livre-comércio internacional. Em alinhamento com as teorias da dependência e do sistema-mundo, o livre-comércio definiria restrições externas e relações assimétricas que reproduzem a posição desvantajosa dos países pobres.

As premissas normativas heterodoxas se expressam então em algumas características de seu modelo explicativo. Ao invés da institucionalidade pró-concorrência (instituições “inclusivas”), o segredo do desenvolvimento estaria em diferenças qualitativas entre atividades econômicas (BRESSER PEREIRA, 2010; BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014; GALA, 2017; GALA e RONCAGLIA, 2020; RONCAGLIA e BARBOSA, 2021). Algumas atividades, tais como a indústria e serviços modernos, são mais propícias à inovação e apresentariam rendimentos de escala crescentes, constituindo ainda longos encadeamentos através do tecido econômico. Essa intuição tem sido vinculada à ênfase também em conhecimento e diversificação do tecido produtivo, representada na noção de complexidade econômica (Cf. HIDALGO e HAUSMANN, 2009; GALA, 2017). Tais atividades tem alta produtividade e resultam em ganhos extraordinários, permitindo maiores salários e o fortalecimento fiscal do Estado (maior arrecadação *per capita*). O funcionamento do mercado internacional concentra essas atividades virtuosas nos países ricos. Sem condições de incorporar técnicas modernas – pois elas não advêm de conhecimentos públicos, como às vezes é postulado pela teoria ortodoxa –, os países da periferia se especializariam em atividades menos produtivas, não escaláveis e não inovadoras. Como recomendações de política econômica, as receitas históricas seriam emulação e proteção, antes do livre-

comércio (REINERT, 2016; KATTEL, KREGEL e REINERT, 2016). O entendimento da proteção de atividades industriais e serviços modernos nascentes é renovado pelas ênfases em planejamento e coordenação entre atores econômicos públicos e privados (Cf. BRESSER-PEREIRA, OREIRO e MARCONI, 2014).

Nos termos das economias da grandeza (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991), pode-se sugerir que o edifício teórico heterodoxo se fundamenta principalmente nos ideais industrial e cívico. O ideal industrial se expressa na ênfase em inovação e rendimentos de escala crescentes como meios principais para alcançar o bem comum. Somam-se ainda a importância da coordenação e do planejamento para efetivar o avanço técnico. Há uma crítica latente ao mercado, na medida em que, sem intervenção, ele estimularia a regressão técnica e involução em aprendizagem. O ideal cívico se mostra presente no componente “nacional” do desenvolvimento: este não deriva da implementação de dispositivos apolíticos mercantis, mas da convergência da vontade coletiva na construção de um destino comum próspero.

À luz dessa discussão, é possível compreender o contraste dessas correntes em seus diagnósticos da economia brasileira. No Quadro 2, elencamos alguns elementos resumidos (ilustrativos e não exaustivos) das duas posições no debate, que decorrem das premissas normativas, e os ilustramos com duas citações. Reprovando o que se consideram políticas intervencionistas dos governos Lula II e Dilma, a ortodoxia identifica a origem da crise 2014-2016 nas distorções de mercado ocasionadas por essas medidas, que só aprofundaram o *rent-seeking* na economia do país. Seria então o ensejo para reformas que alinhassem o funcionamento da economia à concorrência. A heterodoxia sugere que as reformas livre-mercadistas são a regra política há décadas. Contudo, a eficácia dos mecanismos de coordenação de países asiáticos e seu impacto em mudanças nas diretrizes políticas dos EUA e países europeus sugerem sua pertinência para orientar medidas similares no Brasil.

QUADRO 2 – EXEMPLOS DE POSIÇÕES ORTODOXA E HETERODOXA COMENTANDO O CONTEXTO ATUAL

Ortodoxia	Heterodoxia
<ul style="list-style-type: none"> • Filosofia política subjacente: mercantil. • Bem comum resultando da concorrência. • Mercado de concorrência perfeita como relação benéfica. • Coletivos como relação perversa, pois atuam corporativamente em detrimento da “maioria desmobilizada”. • Inovação e competitividade pela pressão concorrencial. • Campo conceitual: instituições inclusivas vs extrativistas; <i>rent-seeking</i>; produtividade; redistribuição dissipativa. <p>Exemplo:</p> <p>“A retomada do crescimento requer reformas que retirem as restrições ao processo, ainda que nem sempre fácil, de criação e destruição de empresas e de empregos, estimulando o aumento da produtividade. Essa agenda implica valorizar a concorrência, permitindo que empreendedores explorem novas oportunidades e que os consumidores sejam protegidos nos conhecidos casos de falhas de mercado.</p> <p>Esse conjunto de propostas significa uma ruptura com a política nacional-desenvolvimentista, fortemente expandida a partir de 2009, que procura compensar a ineficiência das empresas por meio da distribuição de subsídios e proteções setoriais e que resultou na queda da produtividade e colaborou com a grave crise que atravessamos. O ambiente disfuncional valorizou muitas empresas pela sua capacidade de obter favores oficiais do que pela sua eficiência produtiva, em um caso clássico de <i>rent-seeking</i>. Não se trata de uma agenda simples, até porque implica rever diversos privilégios para grupos de interesse que se fortaleceram com as políticas dos últimos anos. Nem todos os setores ou empresas irão sobreviver. Na medida do possível, devem ser adotados mecanismos de transição que permitam que as empresas mais eficientes se adaptem às novas regras, e protejam os grupos sociais mais vulneráveis” (LISBOA e SCHEINKMAN, 2017, p. 25).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Filosofia política subjacente: industrial e cívica. • Bem comum resultando da coordenação e colaboração. • Interação estratégica entre estado e empresas como relação benéfica. • Mercado como relação perversa, pois produz e mantém desigualdades (domésticas e centro-periferia). • Inovação e competitividade pela construção de capacidades tecnológicas em ambiente de concorrência imperfeita. • Campo conceitual: rendimentos de escala crescentes; sofisticação produtiva; indústria; centro-periferia; projeto nacional. <p>Exemplo:</p> <p>“No Brasil e no mundo, muitos economistas ainda não acreditam na potência da indústria para gerar o desenvolvimento econômico. Isso se deve a um longo engessamento intelectual na fé sobre a capacidade do mercado e do livre comércio em promover o progresso material das nações. No entanto, após o incrível sucesso recente da China e dos países do Leste Asiático, com suas políticas industrialistas e dirigistas, essa mentalidade está mudando. Abre-se agora a oportunidade para uma revisão crítica dessa perspectiva liberal ingênua e uma busca por alternativas recorrendo a antigas receitas, mas em novos moldes. As novas políticas de promoção industrial na Alemanha, França, Reino Unido, Estados Unidos e de outros países ricos mostram que o ocidente acordou em relação à China e às suas próprias estratégias de sucesso no passado” (GALA e RONCAGLIA, 2020, cap. 1, n.p.).</p>

Fonte: o autor.

6. Comentários finais e caminhos de pesquisa

A perspectiva ortodoxa sobre o desenvolvimento pode ser entendida como uma visão moral assertiva da busca do interesse individual, confiante em seu potencial de espontânea coordenação pela ação concorrencial. Ela expressa uma filosofia sobre as bases da ordem social; porém, sem a implicação coletivista. Prescinde-se da questão da legitimidade das instâncias de coordenação – questão fulcral em outras filosofias políticas –,

pois a coordenação é descentralizada. A subsistência e a segurança deixam de resultar da implicação em uma comunidade política para resultar involuntariamente da perseguição dos desejos individuais. Em oposição a algumas análises de ética em economia, pode-se sim considerá-la respaldada por uma filosofia visando o bem comum. De acordo com ela, se destacam aqueles que captam com sucesso a subjetividade alheia a fim de oferecer bens e serviços aspirados por essa sociedade pulverizada, ultrapassando competidores que tentam fazer o mesmo (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991, pp. 60-82). Desse modo, a ciência econômica ortodoxa contemporânea herda da filosofia política liberal, via economia política, a premissa de uma ordem social virtuosa criada com base na harmonização espontânea da ação maximizadora de uma miríade de atores.

Colocadas as bases da ortodoxia dessa maneira, a perspectiva heterodoxa sobre o desenvolvimento emerge, em contraste, assentada sobre a intuição de que há falhas nos princípios do auto interesse e da coordenação descentralizada. A essa perspectiva, subjaz a noção de uma ordem social baseada na implicação comunitária, no esforço cooperativo e no trabalho para edificar instâncias de coordenação centralizada legítimas (Estado, associações profissionais e de outros tipos, etc.). Não apenas economistas heterodoxos, como também outros cientistas sociais – especialmente sociólogos e antropólogos – aderem a alguma forma de base normativa privilegiando o comprometimento com o interesse coletivo e com formas de coordenação centralizada. Assim, uma filosofia comparativa das ciências sociais sugere algumas bases normativas de suas diferenças: a economia ortodoxa repousa sobre a valoração positiva da ação competitiva, enquanto as vertentes heterodoxas sobre alguma forma de ação colaborativa.

Considerar as premissas normativas envolvidas em construções teóricas divergentes abre caminhos de pesquisa em algumas frentes da sociologia dos economistas e da ciência econômica. Como uma de suas vantagens, contempla-se uma maior complexidade da relação entre teoria e dinâmicas sociais. A teoria não é reduzida à ideologia: as premissas normativas não consistem na única dimensão subjacente à teoria – elas são combinadas a outras opções metateóricas em dimensões ontológicas e

epistemológicas, por exemplo, para gerar esquemas explicativos. Pode-se, assim, tomar em conta o jogo “internalista” de construção teórica, ou seja, a montagem de diferentes configurações de elementos metateóricos em relação com seus quebra-cabeças empíricos.

Igualmente relevante é a contribuição dessa perspectiva para as dinâmicas do poder e da comunidade profissional, possibilitando então um exame mais rico de suas relações com as teorias econômicas. Com relação ao campo dos economistas, pode-se pensar na interação entre, por um lado, os interesses de atores e grupos nesse espaço científico e, por outro lado, as premissas normativas implícitas em diferentes constelações teóricas. Por exemplo, tais fundamentos morais podem ser analisados como motor de disputas, como base catética da adesão ao jogo científico e à determinada posição teórica. O investimento libidinal em visões normativas sobre o ordenamento social virtuoso seria superior, pode-se conjecturar, ao conferido a questões metodológicas – tais como as vantagens e problemas de testes randomizados controlados –, alimentando controvérsias que, não infreqüentemente, apresentam elevada temperatura emocional.

As dinâmicas abrangentes do poder também podem se beneficiar de entendimentos renovados. Se as teorias econômicas não podem ser reduzidas a instrumentos de capitalistas ou trabalhadores – ou qualquer outro grupo social –, suas bases normativas podem, inversamente, servir de apoio ao estudo da correspondência entre ideias econômicas e grupos sociais. Pode-se, desse modo, contribuir com a compreensão do declínio do desenvolvimentismo e da ascensão neoliberal no Brasil a partir de uma conversão moral, por partes relevantes das elites econômicas, a filosofias do livre mercado, com o correlato abandono por esses grupos de teorias econômicas inspiradas em ideais industriais e cívicos. A transformação das agendas de elites pró-mercado, por exemplo, também pode ser analisada dessa forma: fundamentadas na mesma moral mercantil, formulações teóricas se alteram ao longo do tempo, inspirando novas ondas de difusão e implementação de ideias econômicas. Em ambos os casos, não há respostas prontas nos interesses dos grupos sociais; são muitas vezes as soluções das ciências econômicas que especificam as medidas que devem ser tomadas. As

premissas normativas das teorias e os compromissos ideológicos dos grupos sociais são variáveis chave para entender os possíveis alinhamentos.

Nesse sentido, a proposta aqui desenhada estimula questões de pesquisa, a serem exploradas futuramente, no terreno das transformações das ideias econômicas no Brasil à luz de suas premissas normativas. Uma possível abordagem para essa tarefa se encontra na sociologia das transformações argumentativas de Francis Chateauraynaud (1999, 2011; CORRÊA, 2014; MELLO, 2019). Seus trabalhos enfocam o papel dos argumentos em controvérsias que se desdobram no longo prazo e sua relação com jogos de força entre os atores e transformações institucionais. A balística sociológica das disputas prolongadas – nas quais as representações se inscrevem na dinâmica dos acontecimentos e das instituições – oferece pelo menos três contribuições: uma estrutura do argumento nesse tipo de controvérsia, um quadro de diferentes injunções argumentativas colocadas por diferentes arenas e o destaque a eventos marcantes na trajetória de ideias e argumentos.

Com base na pesquisa sobre controvérsias, embora majoritariamente francesas, envolvendo variadas causas – tais como segurança da energia nuclear, doenças provocadas por amianto, hipersensibilidade a ondas eletromagnéticas, desaparecimento de abelhas silvestres, escândalo sobre sangue contaminado, etc. – Chateauraynaud elabora um modelo de argumento em uma disputa “madura”, isto é, que já passou por várias provações e eventos, organizando atores em diferentes trincheiras e sedimentando leituras sobre acontecimentos passados e perspectivas sobre cenários futuros. Além de apontar o objeto da questão, esse modelo é composto ainda pelas forças em jogo na disputa, por referências a eventos precedentes e formulações de ângulos de visão passados e futuros (tradições e perspectivas do porvir). Um último elemento central seria o princípio que sustenta a tese defendida. É com base nele que se pode explorar, por exemplo, as premissas normativas das teorias econômicas no debate brasileiro.

Como ilustração dos potenciais dessa agenda de pesquisa, é possível indicar como alguns aspectos do debate sobre o desenvolvimento se expressa

na discussão sobre a “grande recessão brasileira” de 2014 a 2016. A contração de renda foi a maior de todas as crises já enfrentadas pelo país e a recuperação ao nível de renda pré-crise foi a mais lenta (Cf. CODACE, 2017; ROSSI e MELLO, 2017). Quais seriam suas causas? Qual a avaliação do quem ver sendo realizado em termos de reformas? O que devemos fazer no futuro? O que esperar para os próximos anos? Tais questões são respondidas de modo distinto pela ortodoxia e heterodoxia.

Com o auxílio das ferramentas teóricas de Chateauraynaud, é possível sugerir versões prototípicas dos argumentos ortodoxo e heterodoxo sobre a recessão e as medidas de política econômica que devem ser adotadas. Com base na literatura que expressa o debate entre os dois campos, propõe-se, no Quadro 3, versões das distintas visões sobre o problema contemporâneo do desenvolvimento no Brasil. Variantes dessas formas prototípicas podem ser encontradas no debate público entre economistas. O mérito desse exercício está no destaque ao enraizamento histórico e social dos princípios normativos mobilizados pelas duas formas de teorização, como comentado nas seções anteriores. É possível notar como o problema específico, situado historicamente, do baixo crescimento econômico após a recessão de 2014-2016 está imerso na convicção ou na incredulidade acerca dos potenciais virtuosos do mercado. Essa imersão produz olhares distintos sobre o passado e o futuro, selecionando o modo pelo qual os aspectos da história econômica são enfatizados e projetando conclusões a fim de desenhar estados futuros do mundo. A formalização argumentativa permite ainda explorar qual é o jogo de forças em questão, de acordo com os protagonistas da controvérsia. Tal procedimento oferece ainda ferramentas para examinar a evolução argumentativa em determinada disputa de longo prazo. Os problemas ou objetos, os eventos passados e prospecções, as forças sociais em questão são elementos da experiência histórica incorporados na trajetória do repertório argumentativo.

QUADRO 3 – FORMAS PROTOTÍPICAS DOS ARGUMENTOS ORTODOXO E HETERODOXO SOBRE RECESSÃO E POLÍTICA ECONÔMICA A PARTIR DE 2014

Ortodoxia:

Considerando o mal que o intervencionismo estatal produziu em vários momentos da história econômica brasileira e mundial (tradição), o baixo crescimento (objeto) se tornará a regra por muitos anos (futuro) se não enfrentarmos as pressões corporativistas (forças) e implantarmos as reformas para aumentar a produtividade e melhorar o ambiente de negócios (princípio), aperfeiçoando o modelo virtuoso de FHC e Lula I e corrigindo os erros da Nova Matriz Econômica (precedente).

Heterodoxia:

Considerando o mal que austeridade produziu em vários momentos da história econômica brasileira e mundial (tradição), o baixo crescimento (objeto) se tornará a regra por muitos anos (futuro) se não enfrentarmos as pressões do mundo financeiro e elites predatórias (forças) e implantarmos medidas para fortalecer a indústria e complexificar o tecido produtivo (princípio), aperfeiçoando algumas iniciativas corretas dos governos do PT e superando o modelo perverso instaurado por FHC e a austeridade pós-Dilma (precedente).

Fonte: o autor.

Apontamos o potencial dessa abordagem para pesquisas sobre a história e a situação das ideias econômicas no Brasil, relevando suas dimensões históricas e sociológicas. Como a crise da pandemia de COVID-19 altera esses quadros argumentativos? Que respostas distintas são geradas a partir das diferentes premissas normativas? Como se configura a história das ideias econômicas no Brasil, com base na trajetória de eventos marcantes e nas conseqüentes mudanças argumentativas? Tais seriam algumas das perguntas a serem exploradas nessa agenda da dinâmica das ideias econômicas em relação com seus fundamentos normativos.

Referências:

- ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- ALEXANDER, Jeffrey C. **Theoretical logic in sociology: positivism, presuppositions, and current controversies**. Berkeley: University of California Press, 1982.
- ALSTON, Lee J. et al. Changing social contracts: beliefs and dissipative inclusion in Brazil. **Journal of Comparative Economics**, v. 41, n. 1, p. 48-65, 2013.
- AMADEO, Edward. O que divide os economistas brasileiros. **Relatório Especial: Tendências Consultoria Integrada**, 2003.
- AVSAR, Rojhat B. Mainstream economic rhetoric, ideology and institutions. **Journal of Economic Issues**, v. 45, n. 1, p. 137-158, 2011.
- BABB, Sarah. **Managing Mexico: Mexican Economists from Nationalism to Neoliberalism**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

- BINDERMAN, C.; COZAC, L.; REGO, J. M. Desenvolvimento do ensino da economia no Brasil. In: **Conversas com economistas brasileiros**. Editora 34: São Paulo, 1997.
- BLAUG, M. Kuhn versus Lakatos, or paradigms versus research programmes in the history of economics. **History of Political Economy**, v. 7, n. 4, p. 399-433, 1975.
- BLAUG, Mark. **Metodologia da economia ou como os economistas explicam**. São Paulo: Edusp, 1993.
- BLYTH, Mark. **Great transformations**: Economic ideas and institutional change in the twentieth century. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BOCKMAN, Johanna; EYAL, Gil. Eastern Europe as a laboratory for economic knowledge: The transnational roots of neoliberalism. **American Journal of Sociology**, v. 108, n. 2, p. 310-352, 2002.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification**. Paris: Gallimard, 1991.
- BOYER, Robert. Estado, mercado e desenvolvimento: uma nova síntese para o século XXI? **Economia e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 1-20, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalization and competition**: Why some emergent countries succeed while others fall behind. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. **Developmental Macroeconomics**: new developmentalism as a growth strategy. London: Routledge, 2014.
- CAILLE, Alain; VANDENBERGHE, Frédéric. **Por uma nova sociologia clássica**: Re-unindo teoria social, filosofia moral e os studies. Petrópolis: Vozes, 2021.
- CANTU, Rodrigo. **A ciência dos economistas: entre dissensos científicos e clivagens morais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2009.
- CARDOSO, F. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- CERQUEIRA, Hugo da Gama. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, p. 433-453, 2004.
- CHANG, Ha-Joon (orgs.). **Institutional change and economic development**. Tokyo: United Nations University Press, 2007.
- CHATAURAYNAUD, Francis. **Argumenter dans un champ de forces**. Essai de balistique sociologique. Paris: Pétra, 2011.
- CHATAURAYNAUD, Francis; TORNAY, Didier. **Les Sombres précurseurs**: Une Sociologie pragmatique de l’alerte et du risque. Paris: EHESS, 1999.
- COATS, A. W. The sociology of economics and scientific knowledge, and the history of economic thought. SAMUELS, W.; BIDDLE J.; DAVIS, J. **A**

- Companion to the History of Economic Thought.** Oxford: Blackwell, p. 507-522, 2003.
- COATS, Bob. **The Sociology and Professionalization of Economics: British and American Economic Essays.** London: Routledge, 1993.
- CODACE – Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. **Comunicado de Datação de Ciclos Mensais Brasileiros, Out/2017.** Rio de Janeiro: IBRE/FGV, 2017.
- CODATO, Adriano; CAVALIERI, Marco; PERISSINOTTO, Renato; DANTAS, Eric Gil. Economic mainstream and power: a profile analysis of Central Bank directors during PSDB and PT governments in Brazil. **Nova economia**, v. 26, n. 3, pp. 687-720, 2016.
- CORRÊA, Diogo Silva. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. **Política & Trabalho**, n. 40, 2014.
- DE HAAN, Peter. **Whatever Happened to the Third World? A History of the Economics of Development.** Cham: Palgrave Macmillan, 2020.
- DEQUECH, David. Applying the Concept of Mainstream Economics outside the United States: General Remarks and the Case of Brazil as an Example of the Institutionalization of Pluralism. **Journal of Economic Issues**, v. 52, n. 4, p. 904-924, 2018.
- DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.
- DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. **The internationalization of palace wars.** Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- DOBBIN, Frank R. The social construction of the great depression: industrial policy during the 1930s in the United States, Britain, and France. **Theory and Society**, v. 22, n. 1, p. 1-56, 1993.
- ERBER, F. Convenções de desenvolvimento no Brasil contemporâneo. **Insight Inteligência**, v. XI, n. 44, p. 108-130, 2009.
- ERBER, Fabio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 31-55, 2011.
- EVANS, Peter. The Challenges of the 'Institutional Turn': New Interdisciplinary Opportunities in Development Theory'. In: NEE, V.; SWEDBERG, R. (orgs.). **The Economic Sociology of Capitalist Institutions.** Princeton: Princeton University Press, pp. 90-116, 2005.
- FERNANDEZ, Brena. Retomando a discussão sobre o papel dos valores nas ciências: a teoria econômica dominante é (pode ser) axiologicamente neutra? **Episteme**, v. 11, n. 23, 2006.
- FERREIRA, Pedro C.; VELOSO, Fernando. O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra. In: GIAMBIAGI et al. (orgs.). **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira.** Rio de Janeiro: Elsevier, p. 129-165, 2013.
- FOURCADE, Marion. Economic sociology and the sociology of economics: What is sociological about the sociology of economics? Some recent developments. **Economic Sociology: European Electronic Newsletter**, v. 4, n. 2, pp. 30-38, 2003.

- FOURCADE, Marion. **Economists and societies**. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- FOURCADE, Marion. The construction of a global profession: The transnationalization of economics. **American journal of sociology**, v. 112, n. 1, p. 145-194, 2006.
- FOURCADE, Marion; BABB, Sarah L. The rebirth of the liberal creed: Paths to neoliberalism in four countries. **American Journal of Sociology**, v. 108, n. 3, p. 533-579, 2002.
- FROMM, Erich. **O conceito Marxista do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- GALA, Paulo. **Complexidade econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.
- GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. **Brasil, uma economia que não aprende**: novas perspectivas para entender nosso fracasso. São Paulo: Ed. do Autor, 2020.
- GANEM, A.; FREITAS, F.; MALTA, M. (Org.). **Economia e Filosofia**: controvérsias e tendências recentes. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.
- GIDDENS, Anthony. **The constitution of society**. Cambridge: Polity, 1984.
- GONÇALVES, C. E. S. Desenvolvimento econômico: uma breve incursão teórica. In: GIAMBIAGI et al. (orgs.). **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 39-62, 2013.
- HALL, Peter A. **The political power of economic ideas**. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- HAUSMAN, Daniel. Philosophy of Economics. In: ZALTA, Edward. (ed.), **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2018 Edition), 2018. URL: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/economics/>>.
- HAUSMAN, Daniel; MCPHERSON, Michael; SATZ, Debra. **Economic analysis, moral philosophy, and public policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HEREDIA, Mariana. **Quando los economistas alcanzaron el poder (o cómo se gestó la confianza en los expertos)**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2015.
- HIDALGO, César A.; HAUSMANN, Ricardo. The building blocks of economic complexity. **Proceedings of the national academy of sciences**, v. 106, n. 26, p. 10570-10575, 2009.
- HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (1991).
- HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HOLMES, Douglas; MARCUS, George. Para-ethnography. In: GIVEN, Lisa M. (org.). **The Sage encyclopedia of qualitative research methods**. Los Angeles: Sage publications, 2008.
- HUNTINGTON, S. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense-Universitária/Edusp, 1975.
- JAMESON, Kenneth P. Has institutionalism won the development debate? **Journal of Economic Issues**, v. 40, n. 2, p. 369-375, 2006.
- JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang. **Teoria social: vinte lições introdutórias**. Petrópolis: Vozes, 2017.

- KATTEL, Rainer; KREGEL, Jan A.; REINERT, Erik S. Classical development economists of the midtwentieth century. In: REINERT, Erik S.; GHOSH, Jayati; KATTEL, Rainer (orgs.). **Handbook of alternative theories of economic development**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2016.
- KLÜGER, Elisa. As Sociologias da Ciência Econômica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, n. 72, p. 101-116, 2011.
- KLÜGER, Elisa. **Meritocracia de laços**: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- KLÜGER, Elisa. Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto: Socializações Desiguais, Carreiras Análogas, Modalidades Dísparas de Exercício do Poder. **Dados**, v. 61, n. 4, p. 301-339, 2018.
- LACEY, Hugh. **Is science value free? Values and scientific understanding**. London: Routledge, 2005.
- LATSIS, S. J. **Method and appraisal in economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- LEBARON, Frédéric. **La Croyance économique**. Les économistes entre science et politique. Paris: Seuil, 2000.
- LEPENIES, Robert. Economists as political philosophers: a critique of normative trade theory. **EUI Department of Law Research Paper No. MWP**, v. 11, 2014.
- LEVY, David M. How the dismal science got its name: debating racial quackery. **Journal of the History of Economic Thought**, v. 23, n. 1, p. 5-35, 2001.
- LISBOA, M.; SCHEINKMAN, J. A. As dores do crescimento. In: GIAMBIAGI, F.; ALMEIDA JR, M. (orgs.). **Retomada do crescimento: diagnóstico e propostas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- LISBOA, Marcos. A miséria da crítica heterodoxa: primeira parte: sobre as críticas. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 1, n. 2, 1997.
- LISBOA, Marcos. A miséria da crítica heterodoxa: segunda parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 2, n. 1, 1998.
- LISBOA, Marcos; LATIF, Zeina. **Democracy and growth in Brazil**. Insuper Working Paper 311. 2013.
- LISBOA, Marcos; PESSOA, Samuel. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 181-189, 2016.
- LISBOA, Marcos; PESSOA, Samuel. **O valor das ideias: debate em tempos turbulentos**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas no governo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- LOUREIRO, Maria Rita. The Professional and Political Impacts of the Internationalization of Economics in Brazil. In: COATS, Bob (orgs.). **The Post-1945 Internationalization of Economics**. Durham and London: Duke University Press, p.184-209, 1996.
- MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

- MARKOFF, John; MONTECINOS, Verónica. The Ubiquitous Rise of Economists. **Journal of Public Policy**, v. 13, n. 1, p. 37-68, 1993.
- MELLO, Fabricio Cardoso de. As transformações de Francis Chateauraynaud: percepção e reflexividade na segunda onda da sociologia pragmática francesa. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, p. 159-184, 2019.
- MENDES, Marcos. **Inequality, democracy, and growth in Brazil: a country at the crossroads of economic development**. London: Academic Press, 2015.
- MIROWSKI, Philip. **More heat than light: economics as social physics, physics as nature's economics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- MITCHELL, Timothy. **Rule of experts**. Berkeley: University of California Press, 2002.
- MONASTERIO, Leonardo; EHRL, Philipp. Colônias de Povoamento versus Colônias de Exploração: de Heeren a Acemoglu. **Análise Econômica**, v. 37, n. 72, 2019.
- MONTECINOS, Verónica. Economics: the Chilean story. In: MONTECINOS, Verónica; MARKOFF, John (Ed.). **Economists in the Americas**. Cheltenham, UK Northampton, MA: Edward Elgar, 2009.
- MONTECINOS, Verónica; MARKOFF, John (Ed.). **Economists in the Americas**. Cheltenham, UK Northampton, MA: Edward Elgar, 2009.
- MORGAN, Mary S.; RUTHERFORD, Malcolm. (orgs.). **From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism**. Durham and London, N.C.: Duke University Press, 1998.
- MYRDAL, Gunnar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- NISSANKE, Machiko; OCAMPO, José Antonio (orgs.). **The Palgrave Handbook of Development Economics: Critical Reflections on Globalisation and Development**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- NORTH, D. **Structure and Change in Economic History**. New York: W.W. Norton & Company, 1981.
- NORTH, D.; THOMAS, R. **The Rise of the Western World: a New Economic History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- NORTHROP, Emily. Normative foundations of introductory economics. **The American Economist**, v. 44, n. 1, p. 53-61, 2000.
- OREIRO, José Luis; GALA, Paulo. O núcleo duro da divergência entre ortodoxos e heterodoxos na economia. In: LISBOA, Marcos; PESSOA, Samuel. **O valor das ideias: debate em tempos turbulentos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 167-179, 2016.
- PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 121-148, 2017.
- PETERS, Gabriel. O social entre o céu e o inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu. **Tempo Social**, v. 24, p. 229-262, 2012.
- PINKUSFELD, Carlos; D'AVILA, Júlia Galarza. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, p. 173-199, 2009.

- PINKUSFELD, Carlos; OLIVEIRA, Bruno R. Políticas econômicas, teorias e contextos sociais. In: ARAUJO, V.; MATTOS, F. **A economia brasileira de Getúlio a Dilma - novas interpretações**. São Paulo: Hucitec, 2021.
- PORTES, Alejandro; NAVA, Jean C. Institutions and national development: A comparative study. **RES. Revista Española de Sociología**, v. 26, n. 1, p. 9-31, 2017.
- PRESSER, Mário Ferreira. Ecletismos em dissenso. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 49-66, 2001.
- PRZEWORSKI, Adam. A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? **Novos estudos CEBRAP**, n. 72, p. 59-77, 2005.
- REINERT, Erik S. **Como os países ricos ficaram ricos ... e por que os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto / Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2016.
- REINERT, Erik S.; GHOSH, Jayati; KATTEL, Rainer (orgs.). **Handbook of alternative theories of economic development**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2016.
- REISS, Julian. **Philosophy of economics: a contemporary introduction**. New York and London: Routledge, 2013.
- RIBEIRO, Andrea. Ideias econômicas e economistas no Brasil: notas para o entendimento de um regime de conhecimento anti-austeridade. **Em Tese**, v. 15, n. 1, p. 103-128, 2018.
- RITZER, George. **Explorations in social theory: from metatheorizing to rationalization**. London: Sage, 2001.
- RODRIK, Dani; SUBRAMANIAN, Arvind. The primacy of institutions. **Finance and development**, v. 40, n. 2, p. 31-34, 2003.
- RONCAGLIA, André; BARBOSA, Nelson (ogs.). **Bidenomics nos trópicos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2021.
- ROSA, Hartmut. Wettbewerb als Interaktionsmodus. **Leviathan**, v. 34, n. 1, p. 82-104, 2006.
- ROSANVALLON, Pierre. **O liberalismo econômico: história da ideia de mercado**. Bauru: Edusc, 2002.
- ROSENBERG, Alexander. Economic theory as political philosophy. **The Social Science Journal**, v. 36, n. 4, p. 575-587, 1999.
- ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. **Nota do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP**, n. 1, 2017.
- SALLUM JR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo social**, v. 11, p. 23-47, 1999.
- SAMUELS, Warren J. An essay on the nature and significance of the normative nature of economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 10, n. 3, p. 347-354, 1988.
- SAMUELSON, Paul; NORDHAUS, William. **Economics**. 19th Edition. Boston: McGraw-Hill/Irwin, 2010.
- SCHUMPETER, Joseph. **História da análise econômica. I Parte: Introdução, objetivo e método**. Rio de Janeiro: USAID/Editora Fundo de Cultura, 1964.

SILVA, Patricio. Technocrats and politics in Chile: from the Chicago Boys to the CIEPLAN Monks. **Journal of Latin American Studies**, v. 23, n. 2, p. 385-410, 1991.

SIMMEL, Georg. Soziologie der Konkurrenz. **Neue Deutsche Rundschau (Freie Bühne)**, v. 14, n. 10: 1009–1023, 1903.

VALDÉS, Juan Gabriel. **Pinochet's economists**: The Chicago school of Economics in Chile. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VANDENBERGHE, Frédéric. Metateoria, teoria social, teoria sociológica: prefácio à tradução brasileira. In: **Uma história filosófica da sociologia alemã**. São Paulo: Annablume, 2012.

VANDENBERGHE, Frederic. **Pós-humanismo ou a lógica cultural do neocapitalismo global**. São Paulo: Annablume, 2017.

VENTURA, Tailiny; CASONATO, Lucas. A epistemologia de Imre Lakatos e sua (in) aplicabilidade à teoria econômica. **Revista de Economia**, v. 42, n. 77, p. 173-192, 2021.

WEINTRAUB, E. Roy. **General equilibrium analysis: Studies in appraisal**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

WERNECK, Alexandre. Sobre a tradução. In: BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **A Justificação**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2020.

YONAY, Yuval P. **The Struggle Over the Soul of Economics**: Institutional and Neoclassical Economists in America Between the Wars. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1998.